

# REVISTA RINC

REDE  
NACIONAL DE  
CONTABILIDADE

Tecnologia e inovação

**Tecnologia na gestão torna o negócio mais competitivo**

Gestão de pessoas

**Como reter e motivar talentos em tempos de crise**

Matéria de capa

**Planejamento é palavra-chave para a sucessão**

Artigo

**Observatórios Sociais já conseguiram economia de R\$ 1 bi de recursos públicos nos últimos três anos**

# OBSERVATÓRIOS SOCIAIS JÁ CONSEGUIRAM ECONOMIA DE R\$ 1 BI DE RECURSOS PÚBLICOS EM TRÊS ANOS

A iniciativa é um dos subprogramas do PVCC – Programa de Voluntariado da Classe Contábil criado pelo Conselho Federal de Contabilidade

Mais do que se indignar, era preciso ter atitude. Colocar em ação algo que evitasse que a irregularidade se repetisse.

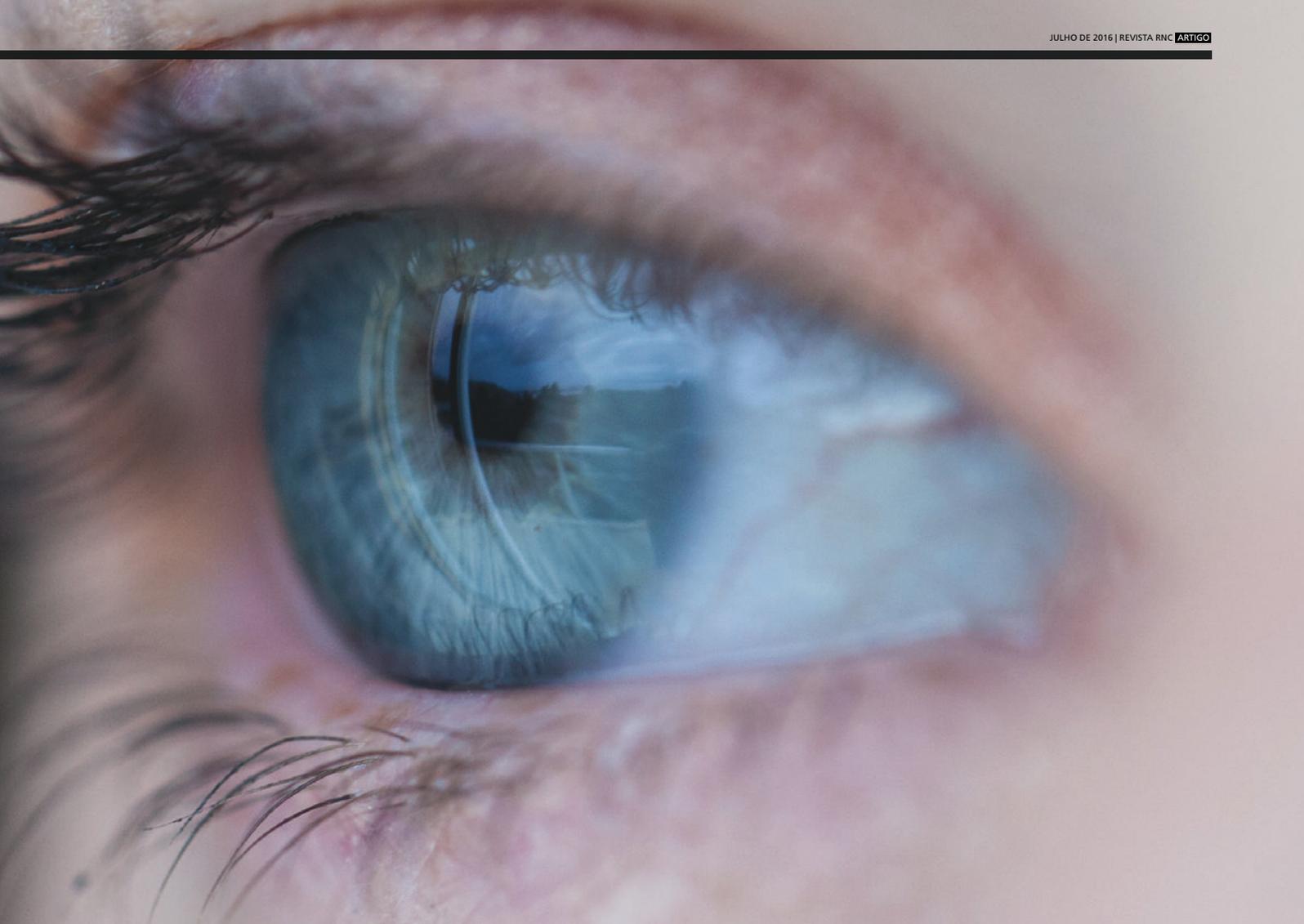
Os Observatórios Sociais (OSs) são associações sem fins lucrativos, onde o cidadão, de posse de uma metodologia de monitoramento, faz o acompanhamento das compras públicas, em nível municipal, desde a publicação do edital até o acompanhamento da entrega do produto à sociedade. O trabalho é de prevenção.

A Rede Nacional de Cidadania Fiscal – Observatórios Sociais é um dos quatro subprogramas do do PVCC (Programa de Voluntariado da Classe Contábil) criado pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade) e que visa sensibilizar os contabilistas sobre a importância das ações de voluntariado para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, inserindo o profissional da contabilidade no contexto social, econômico e político do país.

Os outros três subprogramas do PVCC são: Educação Financeira, Doações ao Funcionário e

Fundo do Idoso e Ações locais de Voluntariado. A ideia de criar os Observatórios Sociais surgiu em 2006 na cidade de Maringá, Paraná. Um grupo de empresários identificou um desfalque muito grande em determinada licitação da prefeitura local. Contrários ao fato, decidiram que não poderiam se silenciar com o ocorrido. Mais do que se indignar, era preciso ter atitude. Colocar em ação algo que evitasse que a irregularidade se repetisse. A partir de então foi criado o primeiro Observatório Social no Brasil. Atualmente são 105 Observatórios Sociais distribuídos em 19 estados brasileiros. Em São Paulo, os trabalhos de criação de bases para fundação de um OS começaram há dois anos e já conta com o apoio de 50 entidades.

Um dos indícios do sucesso da iniciativa é que nos últimos três anos todos os OSs presentes no Brasil conseguiram uma economia de aproximadamente um bilhão de reais dos



Promove ações de cidadania fiscal, conscientizando a população em relação a importância de pagar os tributos e de exigir a correta aplicação desses recursos.

recursos públicos. A função dos Observatórios Sociais é a fiscalização da correta aplicação dos recursos públicos no âmbito municipal. Também promove ações de cidadania fiscal, conscientizando a população em relação a importância de pagar os tributos e de exigir a correta aplicação desses recursos. Além disso, há a produção de indicadores de eficiência da administração pública que permitem mensurar os trabalhos efetuados pela prefeitura e compará-los com as demais. Uma das iniciativas dos OSs envolve as licitações, incentivando o aumento do número de participantes em concessões com objetivo de evitar fraudes. Além disso, com mais interessados, há a redução de preços, tornando-se o contrato mais vantajoso para administração pública. Com os observatórios foi verificado um aumento de três para nove licitantes nos processos. Outro trabalho relevante é feito em Tocantins

na Câmara. Um voluntário participa de todas as sessões, monitorando o horário que começou e quem esteve presente.

#### **Quem pode participar**

Profissionais de contabilidade com registro ativo e estudantes de ciências contábeis, desde que supervisionado por profissionais registrados, podem participar dos OSs. Importante ressaltar que o interessado não pode ser vinculado a partidos políticos e nem ter feito parte de algum há menos de seis meses. É importante pontuar que os OSs não recebem verba vinda do governo de nenhuma esfera (municipal, estadual e federal), já que é preciso ter isenção para monitorar programas que possuem repasses estaduais e/ou federais. ■